

***PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DO STJ, MINISTRO  
EDSON VIDIGAL, NO LANÇAMENTO DO CURSO DE  
ESPECIALIZAÇÃO EM LOGÍSTICA EMPRESARIAL  
PROMOVIDO PELA CNT/FAAP.***

---

**EDSON CARVALHO VIDIGAL**  
*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Diz-se aqui no Maranhão que “quem tem um amigo, tem duas almas”. Lembro isto para lhes dizer o quanto me sinto plúrimo. Tantos amigos em derredor e resumo, então, estes afetos em torno de um deles, homenageando a todos.

Quero aqui nesta cidade de São Luis, senhora das melhores tradições de cultura e de civismo, dizer a Etevaldo Dias “bem vindo”. E assim como quem diz a todos, dos recantos todos mais longínquos deste País, que vieram até aqui – “bem vindos”.

E se me perguntam o que estou eu, um Magistrado, Presidente da maior Corte de Justiça infraconstitucional do País; se me perguntam o que vim fazer aqui, neste encontro de empresários do setor do transporte, eu lhes respondo com um verso também daqui do Maranhão – “tanta coisa que eu tenho dizer / pouca coisa que eu tenho a falar...”

Tenho a lhes dizer que o Brasil entende indispensável a contribuição de todos os seus homens públicos na junção de esforços com quem, como os senhores, se entrega, com denodado patriotismo, à ingente tarefa de fazer render, na iniciativa privada, os dividendos do seu capital e do seu trabalho em favor da sociedade.

Não há Estado de Direito Democrático quando o poder público não consegue responder às demandas da sociedade. E essas respostas não acontecem se não há uma economia consistente, à prova de inflação e de especulações financeiras de quaisquer ordens.

Quem sustenta o Estado são os impostos e só pode pagar imposto quem dispõe efetivamente de condições para produzir e atuar num mercado livre, aberto, competitivo, sem vergonha do lucro a que tem direito.

É da soma do lucro que os empreendedores, classes produtoras em geral, podem retirar o dízimo que vai fazer com que as demandas sociais sejam atendidas.

Orçamento fraco, Estado fraco. Orçamento forte, porém comprometido mais com custeio e com menos possibilidades para investimento, equivale igualmente a Estado fraco.

Sobrevivemos como se vivêssemos um milagre porque a carga tributária que nos é imposta é uma das mais elevadas do mundo e, não obstante a arrecadação registrar crescimento a cada mês, continuamos a nos queixar da pouca presença do Estado no que mais tem aperreado a vida do nosso Povo, em especial quanto a segurança pública, saúde pública, educação pública, estradas públicas.

Mas estando nós aqui neste Maranhão, quero lhe lembrar também o que dizia um grande navegador português, Simião Estácio da Silveira – “ de todas as terras que Portugal conquistou, o Brasil é o melhor. E o Maranhão é o melhor do Brasil”. Ainda está em tempo, ate porque nem tudo foi dilapidado. Ainda está em tempo que pensarmos o Maranhão como grande celeiro e grande centro empreendedor na contribuição necessária ao desenvolvimento nacional.

Assim, não me surpreende a conclusão do estudo realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Assistência Técnica e Qualidade de Transporte (IDAQ) da Confederação Nacional dos Transportes. Esse trabalho constatou que o Estado do Maranhão tem o maior potencial de crescimento projetado para as próximas décadas.

Partindo dessa premissa, constatou, também, o IDAQ/CNT que o Maranhão pode ser o pólo de concentração do conhecimento para as regiões Norte e Nordeste do País.

Ainda quanto ao Brasil, nunca estaremos cegos nem surdos à compreensão das dificuldades que temos para vencer. Dificuldades, também, e até, para disseminar o conhecimento. temos no Brasil dificuldades para disseminar conhecimento. Milhares de jovens do Norte e do Nordeste ainda se deslocam para o eixo Rio-São Paulo em busca da complementação de seus estudos superiores.

É bom ver que iniciativas como esta, da CNT em conjunto com a Fundação Armando Alvarez Penteado, a FAAP, buscam outros centros para a difusão do saber e trazem para a nossa região cursos de ponta, necessários ao desenvolvimento que, pretendemos, não fique centralizado nas regiões Sul e Sudeste.

Todos bem sabem que o conhecimento e a preparação de mão-de-obra antecedem o desenvolvimento. Só conseguiremos crescer, verdadeiramente, quando tivermos profissionais capacitados a desempenhar todas as funções necessárias à condução de empresas modernas.

Também não é segredo que temos hoje, no Brasil, deficiência de mão-de-obra qualificada na indústria química e na engenharia de telecomunicações, apenas para citar dois por exemplo.

A logística empresarial, especialidade nova que atende aos mais variados setores de atividade, é outro exemplo de nossa deficiência. O curso que ora se inicia, então, vem não só preencher lacuna fundamental para as empresas nacionais, mas, também, colocar o Maranhão numa posição de vanguarda em relação a outros grandes centros empresariais e financeiros do Nordeste.

Nesse ponto, gostaria de destacar o excelente trabalho que vem sendo realizado pela FAAP na formação de cérebros para o nosso mercado de trabalho.

Essa entidade, Dr. Vitor, vem se destacando por sua política de aproximação com organizações cívicas, sociais, culturais, artísticas, governamentais e empresariais, onde, com base em parcerias como esta, vem qualificando e aperfeiçoando pessoal. A FAAP tem sido incansável na sua árdua tarefa de disseminar o conhecimento, de formar dirigentes, de contribuir com o desenvolvimento nacional a través da educação.

O Judiciário não pode mais se enclausurar. Tem que estar presente em todos os momentos importantes da vida nacional. Tem que se integrar com os demais poderes na tentativa de solucionar os graves problemas sociais que ainda vivemos.

Sem leis que garantam a livre iniciativa e sem um Judiciário forte e ágil para cumpri-las, não há investimentos. E sem investimentos, não há desenvolvimento, não há progresso.

Eis o motivo da presença, aqui, do presidente do STJ. Vim dizer àqueles que buscam no conhecimento uma ferramenta a mais para o crescimento individual e coletivo, que eles não estão e nem estarão desamparados.

Tenho mais a lhes dizer, pouco a lhes falar.

Tenho a lhes dizer, por exemplo, que o Judiciário está consciente de seu papel na sociedade e que vem tentando, de todas as formas, se tornar mais ágil e mais presente.

Judiciário quer atender melhor às demandas sociais e vai se manter firme na sua missão de, fazendo cumprir rigorosamente a Constituição e as Leis do País, realizar a Justiça, conforme a igualdade, dando a cada um o que é seu, conforme o seu direito.

Digo isso porque num momento em que o País enfrenta grave crise de recursos, é comum se passar por cima das normas para se atender interesses maiores do Estado. Nesse ponto, devo esclarecer, que somos, sim, ente político mas não no sentido político partidário, não dependemos das oscilações eleitorais para nos manter no cumprimento do nosso dever institucional.

Temos que ser políticos no sentido de que toda Constituição, na democracia, é o resumo de um pacto entre todos da sociedade, pacto que tem o Estado como gestor e, portanto, todos os seus dirigentes, dos três Poderes, como servidores da sociedade. Temos que ter a compreensão política das realidades sociais, que não podem ser ignoradas por nenhum de nós, sob pena de perdermos o eixo inspirador, que é o espírito da Constituição.

Um exemplo é a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), também conhecida como imposto sobre os combustíveis.

A CIDE, como todos os tributos, foi criada para cobrir despesas específicas, especialmente obras de infra-estrutura e de preservação do meio ambiente. Para os senhores, que estudam e se dedicam à logística, esse é um recurso de fundamental importância.

Sabemos que a falta de dinheiro no cofre pode justificar, para o administrador, a utilização desses valores em outras despesas e que isso pode até ser justo, dependendo da despesa, mas nem sempre é legal.

Para agir dessa forma, o Executivo deve se entender com o Legislativo e alterar a lei de forma a permitir tal aplicação de receita. Isso não poderá ser feito via Judiciário. A nós caberá cumprir a lei, exigindo a aplicação correta dos recursos.

O presidente da CNT e vice-governador de Minas Gerais, Dr. Clésio Andrade afirmou, recentemente, haver necessidade da construção

de um arcabouço jurídico-normativo capaz de atrair recursos privados permitindo, dessa forma, investimentos na renovação e ampliação da infra-estrutura de transporte e logística do País.

O que ele prega é a mesma união de esforços que eu venho sustentando. Nesse contexto, o Dr. Clésio Andrade, mostra que o empresariado está disposto a despende esforços para o desenvolvimento do país, mas precisa de um respaldo legal que garanta seus investimentos.

Vivemos no Brasil um momento, talvez, sem precedente na história. Um momento no qual, mais esclarecida, a sociedade busca respostas e cobra resultados dos agentes públicos. Um momento no qual a participação de todos é possível, esperada e bem vinda, mas não será concretizada se o governo, aí incluídos os três poderes, não estiver verdadeiramente aberto à sociedade.

Recentemente, falando com empresários na Federação do Comércio de São Paulo, alertei para o grave rumo tomado pelas finanças da União. Tomei por base um dado simples que pode ser encontrado na página do Ministério do Planejamento na Internet e que mostrava um progressão assustadora. O orçamento de 2002 reservava 50% do total da receita para a rolagem e amortização de dívidas. Em 2003, esse percentual subiu para 63% e este ano o orçamento prevê exatos 71,05% do total da receita para o pagamento de juros e principal das dívidas públicas interna e externa.

Num cálculo aproximado, para não perdermos tempo, vamos ver que esse percentual vem crescendo, em média, cerca de 18% ao ano. Eu não preciso ser o arauto do apocalipse para, aplicando esse percentual nos anos seguintes, prever que as dívidas vão representar 93% do orçamento de 2005 e consumir o total das receitas de 2006. É a falência com data marcada. É isso ou o aumento da carga tributária, ou o calote das dívidas ou alguma outra solução milagrosa.

É o caos? Tenho certeza que não. E vim aqui para dizer aos senhores que, como maranhense, acredito em milagres. Não milagres que caem do céu, mas daqueles milagres inspirados por Deus e produzidos pela mão do homem. Acho que é isso, senhores, que todos nós viemos fazer aqui hoje.

Como acreditamos na nossa região, no nosso país, em nossas empresa, na nossa força de trabalho, não vamos nos curvar diante de problemas, sejam eles quais forem. Vamos buscar soluções para construir o País que pretendemos deixar para as gerações futuras.

Com base na educação, os senhores estão dando, hoje, um grande passo rumo a essas soluções e a esse futuro. Deixo, então, registrado que confio em cada um dos senhores para a concretização do milagre que precisamos e me coloco à disposição de todos para unirmos forças na construção do Brasil que sonhamos.

Muito obrigado.